



Relatório e Contas | Junho

IMGA Ações Portugal

Fundo de Investimento Aberto de Ações

i m gestão de ativos
sgoic

2025

Índice

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	10
Desempenho Fundos de Ações	13
Informação relativa à Gestão do Fundo	14
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	16
Eventos Subsequentes	17
Notas Informativas	18
Balanço	30
Demonstração de Resultados	33
Demonstração de Fluxos de Caixa	35
Anexo às Demonstrações Financeiras	37
Relatório de Auditoria	47



i m | g | a |

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O fundo foi constituído em 20 de julho de 1995 como Fundo de Investimento de Ações Aberto.

Em 23 de outubro de 2000 foi realizada a fusão por incorporação dos Fundos Novo Fundo Capital, Atlântico Ações, Fipor Poupança Investimento, Europa Portugal Ações e Mello Ações Portugal no Fundo BCP Ações, que nessa data alterou a sua denominação para AF Ações Portugal.

Em 31 de março de 2005 a sua denominação foi alterada para Millennium Ações Portugal.

Em 16 de novembro de 2015 passou a denominar-se IMG A Ações Portugal, em linha com a alteração da denominação de todos os fundos geridos pela IMG A, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A Categoria R de Unidades de Participação deste fundo constituiu-se em 19 de março de 2021.

A Categoria P de Unidades de Participação deste fundo constituiu-se em 29 de maio de 2024.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Síntese da Evolução dos Mercados

O primeiro semestre de 2025 ficou marcado por elevados níveis de volatilidade, quer económica, quer nos mercados financeiros e respetivo aumento dos riscos de abrandamento severo do ritmo de atividade, em larga medida induzidos pelas políticas da nova Administração Trump.

Logo à partida, a expectativa era de desaceleração do ritmo de crescimento económico das principais economias mundiais, para um regime mais próximo do potencial. O ciclo económico previa-se, ainda assim, suportado por fundamentais resilientes, como a solidez do balanço das famílias e empresas na generalidade das economias desenvolvidas, por níveis ainda robustos de crescimento do rendimento real disponível, e pelo impulso relacionado com os cortes de taxas diretoras dos bancos centrais e as políticas orçamentais mais expansionistas em alguns países.

Apesar de as expectativas macroeconómicas não estarem desajustadas da realidade, o tema dominante do primeiro semestre de 2025 foi o impacto das políticas e da retórica da Administração Trump.

Efetivamente, desde o início do seu segundo mandato, Donald Trump executou um número recorde de ordens executivas, que incluíram desde a reversão de medidas/políticas da administração anterior, até à imposição de tarifas comerciais na persecução de múltiplos desígnios de política externa.

O recurso a este instrumento evoluiu em crescendo. Logo no dia da inauguração, Donald Trump emitiu um memorando denominado “*America First Trade Policy*” que instruiu a investigação de práticas comerciais injustas a vários departamentos governamentais, assim como a viabilidade da criação de um serviço externo de receitas para cobrar tarifas e outras receitas relacionadas com o comércio externo, e a análise das causas dos défices comerciais dos EUA e as suas implicações económicas para a segurança nacional, recomendando medidas como uma tarifa suplementar global para suprir tais défices.

Seguiram-se múltiplos anúncios de tarifas, que visaram numa fase inicial o México, o Canadá e a China (25%, 25% e 10%, respetivamente), no âmbito da crise de opióides nos EUA, que viriam a ser reforçadas no caso chinês para 20%. Foram ainda implementadas tarifas setoriais sobre os automóveis, o aço e o alumínio e mesmo, de forma mais mediática e extrema, tarifas “recíprocas” generalizadas com a quase totalidade dos parceiros comerciais dos EUA (excluindo a Rússia, Bielorrússia, México, Canadá e Cuba), que variaram entre um mínimo de 10% e um máximo de 50%.

A pressão diplomática/judicial doméstica e a resposta à reação tumultuosa dos mercados financeiros, estiveram na origem da “pausa” das tarifas recíprocas, anunciada por Donald Trump no dia 9 de abril. A referida pausa

fixou as tarifas recíprocas durante um período de 90 dias (até 9 de julho) num nível base de 10%.

Apesar da postura hostil dos EUA, as retaliações dos seus parceiros comerciais foram relativamente contidas, à exceção da China, que depois de igualar a tarifa recíproca dos EUA (34%), desencadeou uma escalada contínua de ambas as partes. Esta escalada culminou em tarifas de 145% cobradas pelos EUA e 125% de tarifa chinesa sobre os bens norte-americanos, níveis que ameaçaram paralisar as trocas comerciais, impactar o funcionamento das cadeias de abastecimento e mesmo uma recessão global.

Desde então, e até ao final do primeiro semestre, assistiu-se a um retrocesso relevante das tarifas dos EUA.

Depois de um período de suspensão das conversações entre os EUA e a China, cedências de ambas as partes relacionadas com o restabelecimento do fornecimento de bens e de outras matérias de cariz diplomático, permitiram reduzir drasticamente as tarifas cobradas por ambos os blocos, para 30% pelos EUA e para 10% pela China.



Não obstante, o nível médio de tarifas cobradas pelos serviços fronteiriços dos EUA permanece, mesmo depois do retrocesso das tarifas dos EUA sobre os bens provenientes da China, historicamente elevado. Depois de atingir um nível máximo estimado de aproximadamente 30% em abril, a tarifa média terminou o trimestre próxima de 15%, o que ainda assim representa o patamar mais elevado desde 1938. Nota adicional para o facto de estarem ainda pendentes tarifas setoriais, sobre os fármacos, a madeira, os semicondutores, o equipamento eletrónico, o cobre, etc., que poderão impulsionar o nível médio das tarifas dos EUA para níveis próximos ou mesmo acima de 20% nos próximos meses.

A imposição de tarifas originou um fenómeno de antecipação de importações, o que impulsionou as exportações de vários blocos económicos para os EUA e, conseqüentemente, também o perfil de crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2025. A União Europeia esteve entre os principais beneficiários deste fenómeno, com as exportações da região para os EUA a exibirem um crescimento de 74,1% em março, comparativamente ao nível de final de 2024 e de 64% em termos homólogos.

Destaque principal para o crescimento das exportações da Irlanda (+396,6% face ao período homólogo) e da Suíça (+342,9% em termos homólogos).

O impacto das políticas da Administração Trump à escala global não se resumiu à temática das tarifas comerciais. A postura adversa contra a União Europeia, no âmbito geopolítico, com destaque para o afastamento dos EUA da UE em matérias como o apoio militar à Ucrânia, teve implicações significativas na região. Desde logo, poucos dias após a vitória nas eleições na Alemanha, a 23 de fevereiro, a CDU iniciou conversações com o SPD para a formalização de uma coligação governativa e para a flexibilização do travão da dívida. O resultado das conversações seria revelado apenas alguns dias depois, com um acordo preliminar para um fundo de investimento em infraestruturas de 500 mil milhões – equivalente a cerca de 11% do PIB – e para o reforço substancial dos gastos em defesa.

De forma relacionada, foi igualmente lançada a iniciativa ReArm da UE, que entre outras medidas oferece assistência financeira para gastos em defesa e permite a ativação da cláusula de escape, um mecanismo de flexibilização que prevê um

desvio temporário das regras de disciplina orçamental para acomodar o aumento dos gastos em defesa pelos Estados-Membro da união.

Em suma, a expectativa de maior impulso orçamental na região e de investimento/revitalização da competitividade da economia alemã originou perspetivas macroeconómicas mais benignas para a Área do Euro, embora maioritariamente numa perspetiva de médio-prazo.

Como referido anteriormente, o fenómeno de antecipação das tarifas comerciais significou distorções económicas significativas ao longo do primeiro trimestre de 2025. O PIB dos EUA contraiu 0,5% no primeiro trimestre do ano, o que correspondeu ao pior trimestre desde 2022. O consumo privado cresceu apenas 0,5%, o pior trimestre desta rubrica desde o pico da pandemia, impactada pelas condições meteorológicas desfavoráveis nos meses de janeiro e de fevereiro.

A formação bruta de capital fixo cresceu 1,3% no período, impulsionada pelo investimento em equipamento, potencialmente relacionado com a antecipação das tarifas. Ainda assim, as rubricas mais

impactadas por esse tema foram as importações (crescimento anualizado de 38%, que motivou um contributo negativo das exportações líquidas de -4,6%) e a acumulação de inventários (contributo de +2,6% para o crescimento anualizado do PIB no 1º trimestre).

Tendo em conta a origem da contração do PIB nos primeiros três meses do ano, muito baseada na antecipação de importações e em outros fatores transitórios, antecipa-se alguma recuperação no segundo trimestre. Ainda assim, é esperado um crescimento modesto no segundo semestre de 2025, fruto do impacto económico negativo da agenda económica da Administração Trump, assim como do menor ímpeto do investimento em estruturas e da menor dinâmica do mercado laboral.

Ao contrário dos EUA, a Área do Euro viu-se penalizada por um conjunto de fatores que condicionaram o seu ritmo de crescimento no período pós-COVID, entre os quais um menor impulso orçamental, o impacto da crise energética e o menor impulso associado ao investimento tecnológico.



Mais recentemente, a expansão orçamental, a queda dos custos energéticos e os cortes de taxas de juro do Banco Central Europeu deverão contribuir para um enquadramento económico mais favorável na região.

Por outro lado, apesar da retoma do ritmo de crescimento da Área do Euro nos últimos quatro trimestres, e em particular no primeiro trimestre de 2025 (+0,6% em cadeia), e de esta ter assentado num desempenho razoável do consumo privado, houve igualmente contributos significativos de rubricas de investimento impulsionadas pelo desempenho da Irlanda, a par do contributo relevante do crescimento das exportações no primeiro trimestre de 2025. É, assim, expectável que o ritmo de crescimento nos próximos trimestres seja mais modesto, com base na reversão parcial do crescimento das exportações e no impacto económico das tarifas comerciais dos EUA.

O crescimento de 1,2% em cadeia do PIB da China nos primeiros três meses de 2025 constituiu uma surpresa positiva para os investidores, assente no bom desempenho do consumo privado, na resiliência das exportações e no crescimento suportado do investimento não residencial. Não obstante,

continua a ser notório o papel dos estímulos orçamentais e monetários, com vista à dinamização da procura doméstica, sendo expectável o anúncio de estímulos adicionais até ao final de 2025. Em oposição, a situação vulnerável do mercado imobiliário manteve-se no decorrer do primeiro semestre e apesar das medidas estatais para estabilizar este segmento, não se projeta uma retoma relevante neste segmento até ao final de 2025.

A trajetória inflacionista manteve-se globalmente descendente ao longo dos primeiros seis meses do ano, embora no caso das principais economias desenvolvidas ainda em níveis próximos ou acima do objetivo dos bancos centrais.

Depois de leituras algo pressionadas entre dez-24 e jan-25, a inflação nos consumidores nos EUA retomou a trajetória de arrefecimento nos meses seguintes, o que contribuiu para o retrocesso da inflação homóloga para 3,4% em maio, próxima de mínimos desde o início de 2021. Embora a inflação no segmento dos serviços permaneça excessiva, em 3,4%, o seu nível é já algo inferior aos 3,9% no final de 2024.

Não obstante a evolução algo favorável da

inflação nos EUA ao longo dos últimos meses, são já visíveis alguns sinais de contágio das tarifas na inflação, uma tendência que se deverá acentuar nas leituras inflacionistas do terceiro trimestre do ano. Esta tendência estará não só relacionada com a transmissão (pelo menos parcial) das tarifas aos consumidores, mas também com o impulso inflacionista decorrente da depreciação do dólar. Por outro lado, a quebra da cotação das matérias-primas energéticas e da inflação nos serviços, em particular no segmento imobiliário, poderão anular parte da aceleração da inflação perspectivada para os EUA.

A inflação europeia confirmou as expectativas de retrocesso ao longo do primeiro semestre de 2025, com um abrandamento de 2,5% para 2% da inflação total, em termos homólogos, entre dezembro de 2024 e junho de 2025. Embora a inflação subjacente permaneça ainda acima do objetivo do banco central, também essa rubrica assinalou uma moderação de 2,7% para 2,3%, no mesmo período. À semelhança do caso norte-americano, também aqui a inflação nos serviços permanece pressionada (3,3%), embora igualmente numa trajetória

descendente desde o final de 2024 (4,0%), sendo expectável que a desaceleração do crescimento dos salários consolide o retrocesso da inflação nesta rubrica. A valorização do euro e a queda dos preços das matérias-primas energéticas estão igualmente entre os potenciais drivers das menores pressões inflacionistas esperadas no segundo semestre de 2025.

O perfil de desinflação e as perspetivas de continuidade deste processo na Área do Euro contribuíram para a postura ativa do Banco Central Europeu, com cortes acumulados de 100 pontos base da sua taxa diretora, para 2% em junho. De acordo com estudos empíricos do banco central, a sua taxa diretora estará agora no intervalo estimado (entre 1,75% e 2,25%) para a taxa de juro de equilíbrio/neutral. Tal deverá significar uma postura mais expectante do banco central no segundo semestre.

O BCE deverá ainda assim voltar a cortar a sua taxa diretora em 2025, com enviesamento para cortes adicionais em caso de abrandamento económico mais pronunciado ou de uma desaceleração mais significativa da inflação.



O perfil modesto da inflação justificou cortes pronunciados de outros bancos centrais, incluindo os 100pb do Banco Central da Dinamarca e os 50pb do Banco Central da Suíça, para 1,6% e 0%, respetivamente. Apesar dos níveis ainda excessivos da inflação, também o Banco de Inglaterra cortou as suas taxas diretoras em 50pb em 2025.

Numa perspetiva relativa, a missão da Reserva Federal dos EUA é francamente mais desafiante. Não obstante o progresso desinflationista atingido nos últimos meses, esta não só permanece acima do objetivo, como deverá acelerar no decorrer do segundo semestre do ano, o que, em combinação com o perfil ainda resiliente da generalidade dos indicadores de atividade, justificou a ausência de cortes de taxas diretoras pelo banco central, bem como a sua retórica mais cautelosa, pese embora os níveis ainda historicamente elevados da sua taxa de referência (4,5%).

Em contraciclo com os demais, o Banco do Japão voltou a subir a sua taxa diretora em janeiro, no seguimento da evidência de fortalecimento das pressões inflacionistas, embora estas dinâmicas ainda estejam pelo menos em parte relacionadas com a depreciação do iene.

O clima de incerteza macroeconómica e geopolítica descrito esteve na origem do aumento significativo da volatilidade dos mercados financeiros ao longo do primeiro semestre de 2025.

Embora os cortes de taxas de juro do BCE tenham mantido as taxas de juro de mercado ancoradas nas maturidades mais curtas dos emitentes da região (-22pb desde o início de 2025 na Alemanha), o aumento dos gastos em defesa e em infraestruturas, a perspetiva de aumento da emissão de dívida e a antecipação de maior crescimento potencial alimentou subidas das taxas de juro das maturidades mais longas e originou o aumento da inclinação da curva de rendimentos.

Assistiu-se assim a uma subida de 24pb das taxas de juro com maturidade a 10 anos da Alemanha, para 2,6%. A variação de taxas em França, Espanha e Portugal foi mais contida, o que originou estreitamentos dos respetivos spreads. A perceção de estabilidade política em Itália e o sucesso na gestão das necessidades de financiamento contribuíram mesmo para a queda da yield a 10 anos no primeiro semestre do ano, o que conduziu o respetivo *spread* contra a Alemanha a mínimos desde 2010 (87pb).

Nos EUA, o movimento a taxa de juro a 10 anos foi descendente (-34pb), para 4,23%. O prazo com maturidade a 2 anos assinalou uma quebra mais pronunciada, de 52 pb, fruto da expectativa de cortes de taxas diretoras pela Fed, com vista à minimização dos impactos económicos adversos da Administração Trump.

Os movimentos descritos das curvas de taxa de juro traduziram-se em ganhos para os índices governamentais, mais modestos para o índice europeu, que valorizou 0,52%, enquanto o índice de dívida agregada norte-americana ganhou 3,02% no semestre (em moeda local).

O desempenho da dívida empresarial europeia contou não só com o contributo dos níveis atrativos de taxas, mas igualmente do estreitamento adicional dos spreads de risco, tanto no segmento de *investment grade* como na dívida *high-yield* (-10 e -6pb no semestre), o que resultou em valorizações de 1,39% e 2,73%, respetivamente.

O segmento de dívida subordinada de financeiras esteve novamente em destaque pela positiva, com o enquadramento favorável para o setor a possibilitar estreitamentos adicionais dos *spreads* (25pb

no semestre) e um dos retornos absolutos mais pronunciados do segmento de rendimento fixo em euros (+4,2%).

Apesar da volatilidade exibida pela dívida empresarial *high-yield* dos EUA – relacionada com a evolução dos riscos de recessão – e da subida (marginal) do spread desse segmento no semestre, o nível absoluto de taxas (*carry*) e a queda da taxa de juro soberana contribuíram para ganhos de 4,6% no período. A dívida empresarial *investment grade* dos EUA valorizou 1,8% no semestre.

Ainda no rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes, em dólares, esteve em plano de destaque, fruto do *carry* atrativo, com rendibilidades entre 4,2% e 4,7% da dívida empresarial e soberana no semestre, respetivamente.

A trajetória de depreciação do dólar beneficiou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local e resultou numa valorização próxima de 12% desse segmento.



Apesar do enquadramento macroeconómico descrito e do surgimento de forças potencialmente disruptivas – como o *Deepseek* – os mercados acionistas dos EUA mantiveram-se resilientes e somaram ainda assim ganhos. Não obstante a compressão dos múltiplos dos principais índices, estes mantiveram-se suportados pelo crescimento resiliente dos resultados empresariais e pelo *guidance* ainda favorável, o que resultou em valorizações de 5,5% quer do S&P500 quer do Nasdaq.

O perfil de ganhos setoriais foi liderado pelos setores industrial (+11,96%), de telecomunicações (+10,6%) e de financeiras (+8,4%), com consumo discricionário (-4,2%) e de saúde (-2,0%) entre os piores. As

empresas de menor capitalização bolsista voltaram a estar pressionadas (-2,5%).

Na Europa, o índice MSCI valorizou 9,2%, impulsionado pela valorização das praças alemã (+20,1%) e espanhola (+20,7%), com o índice francês CAC entre os menos bem-sucedidos (+3,9%) no semestre.

Os títulos de menor capitalização bolsista beneficiaram da expectativa de maior dinamismo da procura doméstica europeia e somaram uma valorização semestral de 12,6%.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia esteve em plano de destaque contra o cabaz dos seus parceiros comerciais

e encerrou o período com uma apreciação de 5,9%, beneficiada pelas perspetivas mais favoráveis para o crescimento potencial da região.

Não obstante a diferenciação de políticas monetárias entre os EUA e a Área do Euro ao longo do primeiro semestre de 2025, o euro averbou ainda assim ganhos de 13,8% contra o dólar dos EUA, com base na deterioração das perspetivas económicas para os EUA, na erosão associada à trajetória orçamental e da dívida pública, bem como outras políticas nocivas da Administração Trump. O cabaz representativo das divisas de mercados emergentes valorizou cerca de 8% no primeiro semestre de 2025.

O índice agregado de matérias-primas valorizou 3,3% nos primeiros seis meses do ano, embora marcado por uma elevada disparidade de performances.

O segmento com maiores ganhos foi o de metais preciosos, com valorizações de 26% do ouro e de 25% da prata, acompanhados pela valorização de 23,5% do cobre. Apesar do insucesso de Trump nas negociações de paz entre a Rússia e a Ucrânia, e da intensificação das tensões geopolíticas no Médio Oriente, as perspetivas económicas mais fragilizadas e o aumento de produção da OPEP resultaram numa quebra superior a 8% da cotação do barril do brent.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Principais Eventos

NOVAS ENTIDADES COMERCIALIZADORAS

A **11 de abril** foi incluído o **Banco Bic Português** como entidade comercializadora da Categoria A do Fundo IMGA Money Market Eur.

NOVOS FUNDOS

● IMGA Crescimento PPR/OICVM

A **30 de abril** foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo IMGA Crescimento PPR/OICVM – Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma.



ATUALIZAÇÕES/ALTERAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

● A **18 de fevereiro** foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos documentos constitutivos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

● A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2024.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

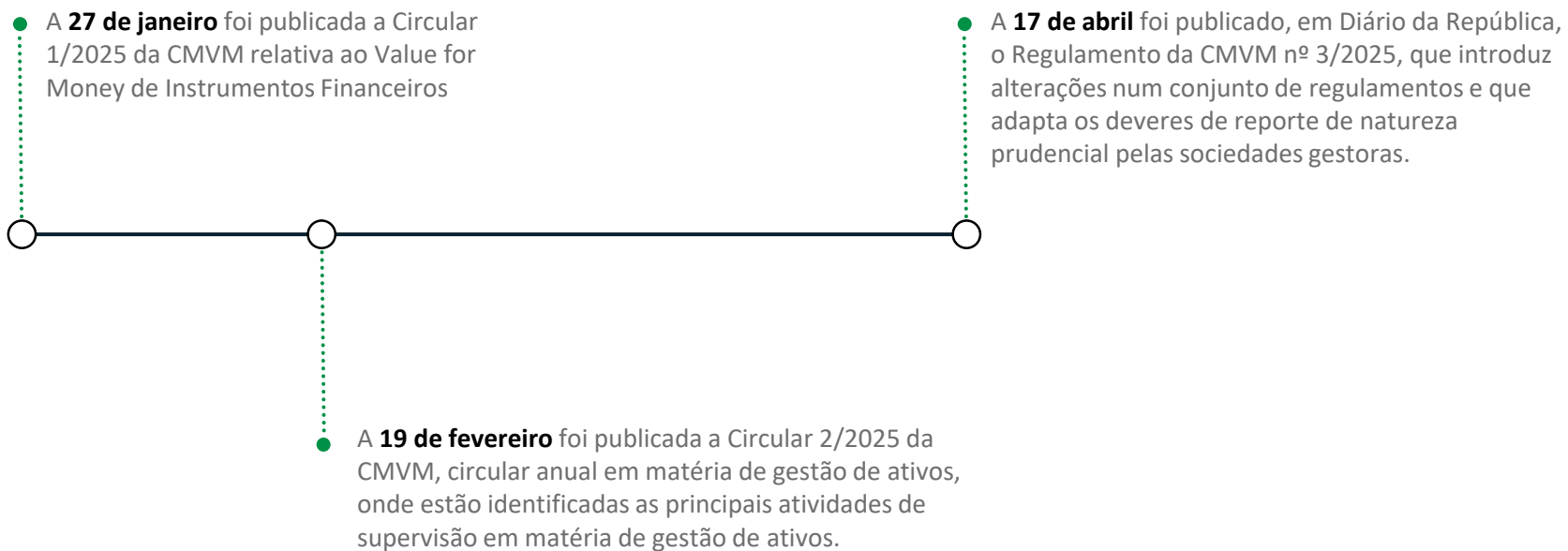
● A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos IMGA.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE

● A **30 de junho** foi publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2024.



EVENTOS REGULATÓRIOS



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

No primeiro semestre de 2025, o mercado acionista enfrentou maior volatilidade, enquadrado por um cenário geopolítico mais instável e pelas políticas tarifárias da Administração Trump, que induziram incerteza quanto aos resultados futuros. Apesar disso, os principais índices foram beneficiados por uma sólida época de resultados da maioria das empresas no primeiro trimestre.

Segundo a APFIPP, o volume total de ativos dos fundos de ações no mercado nacional registou uma ligeira redução de 1,3% no primeiro semestre, cifrando-se num total de €3.701 milhões no final de junho. Este abrandamento reflete uma estabilização após o forte desempenho verificado no final do ano anterior.

No mesmo período, os fundos de ações da IMGA registaram uma evolução muito positiva, com o total de ativos sob gestão a crescer de €426 milhões no final de 2024 para €510 milhões em junho de 2025, o que se traduz num aumento de 19,9%. Esta evolução reflete o aumento da confiança dos investidores na oferta da IMGA, bem como a procura particularmente elevada pelo fundo IMGA Ações Portugal.

As rendibilidades dos fundos de ações no primeiro semestre de 2025 foram consistentes, com o Fundo IMGA Ações Portugal a destacar-se com uma rendibilidade de 20,2%.

Por outro lado, a forte depreciação do dólar em 2025 (-12%) penalizou, em especial, a

performance dos fundos IMGA Ações América e IMGA Global Equities.

No primeiro semestre de 2025, os fundos de ações registaram, na sua totalidade, fluxos líquidos positivos, refletindo um nível de subscrições expressivamente superiores aos resgates. Destaque para os fundos IMGA Ações Portugal e IMGA Ações América, com valores de €30 milhões e €4 milhões, respetivamente, tendo o IMGA Global Equities registados €1 milhão e o IMGA European Equities ficado praticamente nulo.

Estes movimentos ocorreram num contexto de ajustamentos de portefólio por parte dos investidores, numa conjuntura de volatilidade e incerteza dos mercados.

Desempenho Fundos de Ações

FUNDOS DE AÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A	18,11%	12,24%	5	9,88%	13,12%	5	14,84%	14,82%	5
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT P	18,11%	12,23%	5	9,88% (*)	-	-	14,85% (*)	-	-
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R	18,10%	12,24%	5	9,87%	13,12%	5	14,83% (*)	14,82%	5
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT A	5,21%	15,02%	6	10,76%	13,27%	5	8,87%	14,37%	5
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT I	6,58%	15,01%	6	12,17%	13,25%	5	10,24% (*)	14,36%	5
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT R	5,12%	15,05%	6	10,77%	13,30%	5	8,86% (*)	14,41%	5
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT A	-0,85%	19,34%	6	13,12%	15,24%	6	12,83%	15,54%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT I	0,36%	19,32%	6	14,48%	15,23%	6	14,18% (*)	15,53%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT R	-0,97%	19,33%	6	13,08%	15,25%	6	12,81% (*)	15,55%	6
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT A	0,43%	18,48%	6	10,59%	14,60%	5	11,36%	14,47%	5
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT R	0,43%	18,49%	6	10,60%	14,61%	5	11,37% (*)	14,47%	5

(*) Considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

Data de referência: 30 de junho de 2025

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Informação relativa à Gestão do Fundo

O tema principal que dominou os mercados acionistas globais no primeiro semestre de 2025 foi a evolução da política aduaneira americana. A eleição de Donald Trump em 2024 trouxe novamente para cima da mesa o espectro de uma nova onda de medidas protecionistas, “ameaçando de morte” a matriz de comércio livre que tem pautado o comércio mundial nas últimas décadas.

A sua tomada de posse em janeiro deste ano foi imediatamente seguida por anúncios consecutivos de novas medidas de tarifas a ser impostas tanto a países aliados como não-aliados. A vaga de turbulência atingiu o seu apogeu no dia 2 de abril quando foi anunciado um plano de tarifas recíprocas a todos os países com têm relações comerciais com os EUA. Nos dias a seguir ao fatídico anúncio o principal índice de ações europeias, o MSCI Europe, registou uma desvalorização de quase 20% desde os máximos atingidos no início de março deste ano. Esta queda vertiginosa, acompanhada por uma forte subida das taxas de juro a longo prazo e a desvalorização do dólar, levou à administração Trump a suavizar as medidas protecionistas mais gravosas, especialmente em relação à China.

Esta mudança de postura deu forte alento aos mercados acionistas globais nas últimas semanas do semestre. Os mercados europeus foram as estrelas do semestre, com o índice MSCI Europe a valorizar 9,1%

em euros. Os índices MSCI World e S&P 500 acabaram o mês com ligeiras desvalorizações de 3,4% e 6,6% em euros fruto da forte desvalorização do dólar americano, embora registassem ganhos em dólares. As questões geopolíticas continuaram a ser um fator, com destaque para o conflito entre o Irão e Israel e a questão ucraniana que continua sem resolução à vista.

A Europa beneficiou de uma nova postura coletiva mais assertiva após as ameaças desferidas pela Administração Trump a nível de política alfandegária como também a nível de segurança coletiva. Esta última forçou finalmente os governos europeus a olharem para a defesa como uma prioridade de investimento, tendo em conta a guerra sem fim à vista à sua porta e com cada vez menos apoio americano.

O setor da banca foi a estrela, beneficiando do movimento da curva de taxas de juro. Os setores de utilities, media e indústria também registaram performances acima do índice de referência, com este último a ser impulsionado pelo forte aumento projetado nas despesas com defesa. O setor de bens de consumo duradouro, nomeadamente o segmento de bens de luxo foi o grande perdedor do semestre, sendo fortemente impactado pela incerteza alfandegária gerada pela Administração Trump.

O mercado nacional ficou entre os mercados europeus que registaram performances muito superiores face ao índice MSCI Europe. O PSI valorizou 21,9%. Somente o índice IBEX espanhol registou uma valorização superior, 23,4%. O mercado nacional, que tem na sua maioria empresas de cariz defensivo, conseguiu evitar a forte turbulência vividas noutros mercados com características mais cíclicas e expostas ao comércio mundial. O BCP e os CTT foram as estrelas do semestre com valorizações perto de 50% desde o início do ano, beneficiando do movimento da curva de taxas de juro. O segmento de retalho alimentar também beneficiou fortemente da turbulência económica, confirmando a sua vertente defensiva. Somente as empresas do setor de materiais – precisamente mais exposto ao mercado mundial – onde figuram a Altri, Navigator e Corticeira Amorim, sofreram desvalorizações.

O IMGA Ações Portugal apresentou um desempenho positivo, mas aquém do seu índice de referência. O fundo foi penalizado pela subponderação em Galp e Jerónimo Martins. Do lado inverso, a subponderação em EDP Renováveis e, em menor escala, em Navigator, colmataram a penalização acima descrita.



O fundo iniciou o ano de 2025 com um posicionamento construtivo tentando balancear um perfil mais defensivo e de qualidade, consentâneo com o tipo de empresas de maior capitalização bolsista que apresenta o mercado português, com a perspetiva de um período de taxas de juro elevadas durante mais tempo, que pudesse beneficiar o sistema financeiro. Nesse sentido, as maiores exposições no início do período para o Fundo assentavam nos setores de utilities, com destaque para os investimentos em EDP e EDP Renováveis, no setor de consumo não-cíclico, com destaque para a exposição a Jerónimo Martins, e no setor bancário, com o investimento em BCP.

Ao longo do ano houve acertos recorrentes espoletados pelos limites de concentração normalmente em torno das empresas de maior peso no índice de referência. Novas subscrições ao longo do ano não levaram a uma alteração significativa do posicionamento do fundo.

No final do primeiro semestre de 2025, as categorias A e P do IMGA Ações Portugal apresentaram uma rentabilidade de 20,2% no primeiro semestre. A categoria

R, no mesmo período apresentou uma rentabilidade de 20,1%. A 12 meses, as três categorias apresentaram rentabilidades de 18,1%.

O valor líquido global do fundo cresceu 33% para €333,3M, face aos €250,5M do final de 2024. As vendas líquidas totalizaram €30,2M, com subscrições de €35,0M e resgates de €4,83M.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, em seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 30/06/2025
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	156 898	284 354	3
Administradores independentes	21 750	-	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	25 145	-	4
Colaboradores			
Colaboradores	1 177 153	451 169	51

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2025.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €31.980

pelos serviços prestados nesse âmbito.

No primeiro semestre de 2025 foram pagos €9.554 referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de

Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2024, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2025, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

30 de junho de 2025

A **14 de agosto** foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40 – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

IMGA Ações Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Ações

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:

Fundo de Investimento Aberto de Ações

Data de Constituição:

20 de julho de 1995

Sociedade Gestora:

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:

Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira:

(30 de junho de 2025)

333 313 060 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	jun/2025
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A										
Rendibilidade	-11,1%	23,1%	-12,4%	14,1%	-13,3%	21,6%	4,4%	15,0%	3,5%	20,2%
Risco (nível)	6	5	5	5	7	5	6	5	5	5
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R										
Rendibilidade	-	-	-	-	-	-	4,4%	15,0%	3,5%	20,1%
Risco (nível)	-	-	-	-	-	-	6	5	5	5
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT P										
Rendibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20,2%
Risco (nível)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo procurará proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional.

Para a realização desta política, o fundo investirá os seus capitais, direta ou indiretamente (designadamente através de certificados), em ações de empresas nacionais, podendo também investir até um máximo de 10% do seu valor líquido global em ações de empresas da Zona Euro, cotadas nos mercados regulamentados dos países da União Europeia e de alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). O fundo deverá deter, em permanência, um mínimo de 85% do seu património investido em ações.

O fundo estará exposto a risco cambial, através do investimento em mercados externos à zona Euro, num valor máximo de 10% do valor líquido global do fundo.

O fundo não pode investir mais de 10% em unidades de participação de organismos de investimento coletivo.

Para a gestão da liquidez necessária, o fundo poderá ainda ser acessoriamente constituído por numerário, depósitos bancários, aplicações nos mercados interbancários, certificados de depósito, títulos de dívida pública e obrigações de qualquer tipo na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate das unidades de participação e a uma gestão eficiente do fundo, tendo em conta a sua política de investimentos.

O fundo pode adquirir unidades de participação de fundos com idêntica regulamentação ou partes de outros organismos de investimento coletivo, nos termos legais.

A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência. Os ativos são selecionados com base em critérios de crescimento e valorização, considerando os resultados financeiros das empresas, setor de atividade, posicionamento no mercado,

qualidade de gestão, entre outros, e abstendo-se de investir em setores controversos, privilegiando empresas que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento.

O fundo não segue uma alocação setorial fixa, procurando a combinação de exposição que em cada momento se revele mais apelativa face à informação relevante das empresas que constituem o seu universo de investimento e ao enquadramento de mercado.

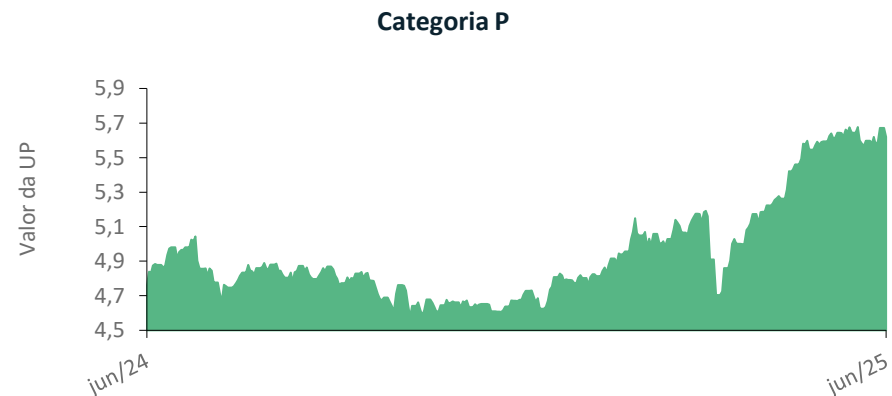
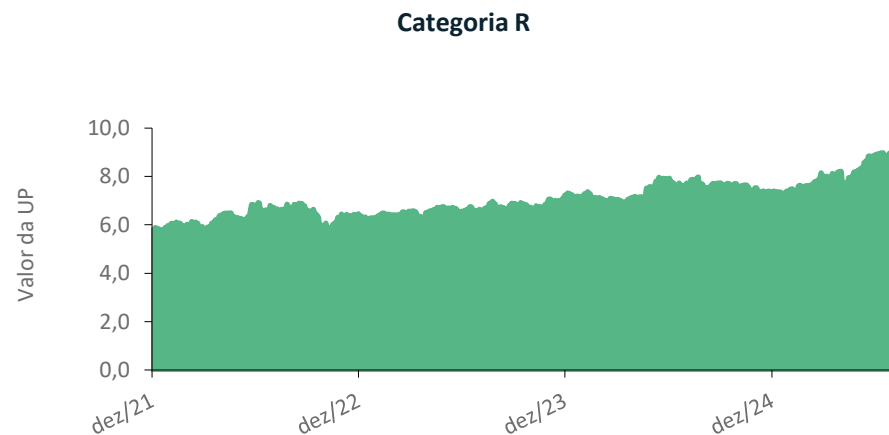
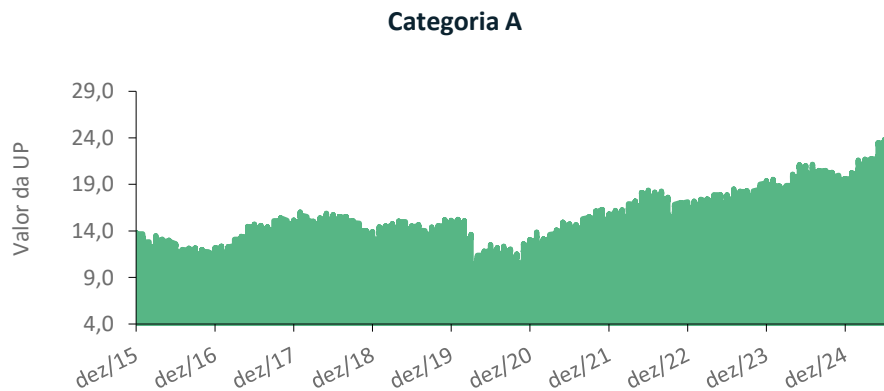
A Sociedade Gestora considera os seguintes setores como controversos: Jogo, Armas Controversas, Tabaco e Carvão Térmico ou empresas cuja maioria das receitas seja proveniente destas atividades.



EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	30.06.2025
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A					
Nº. UP's em circulação	5 481 620,8427	6 717 035,5935	7 827 493,0406	8 416 984,0424	8 583 626,6467
Valor Unitário UP (Euro)	15,7776	16,4705	18,9428	19,6066	23,5608
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R					
Nº. UP's em circulação	4 494 286,7534	5 654 726,7837	8 391 771,4351	10 355 701,9472	12 209 920,8739
Valor Unitário UP (Euro)	5,9530	6,2138	7,1470	7,3976	8,8882
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT P					
Nº. UP's em circulação	-	-	-	1 905 469,2791	4 012 729,1320
Valor Unitário UP (Euro)	-	-	-	4,6774	5,6203

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(valores em euro)

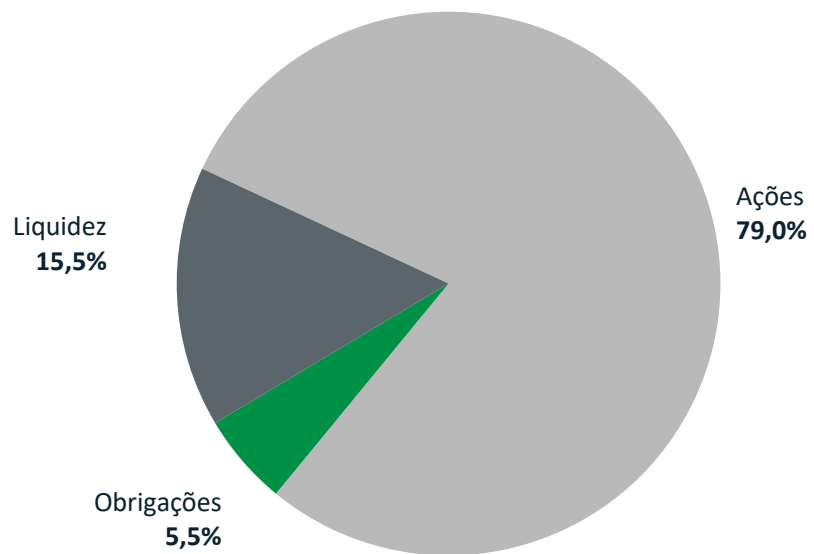
30.06.2025

Valores mobiliários	304 542 355
Saldos bancários	24 001 605
Outros ativos	11 126 747
Total dos ativos	339 670 707
Passivos	6 357 647
Valor Líquido de Inventário	333 313 060

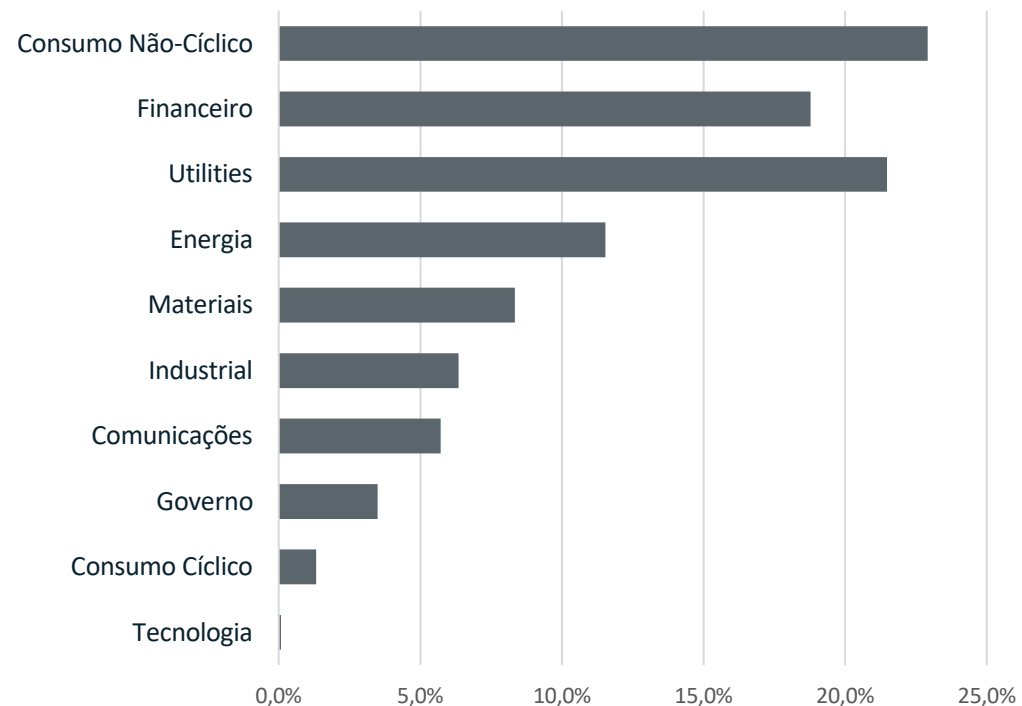


COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira Ativos

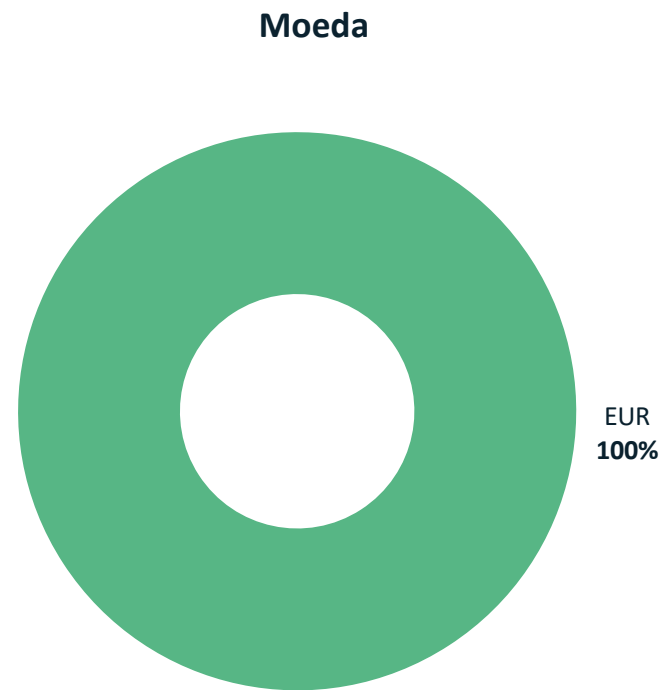
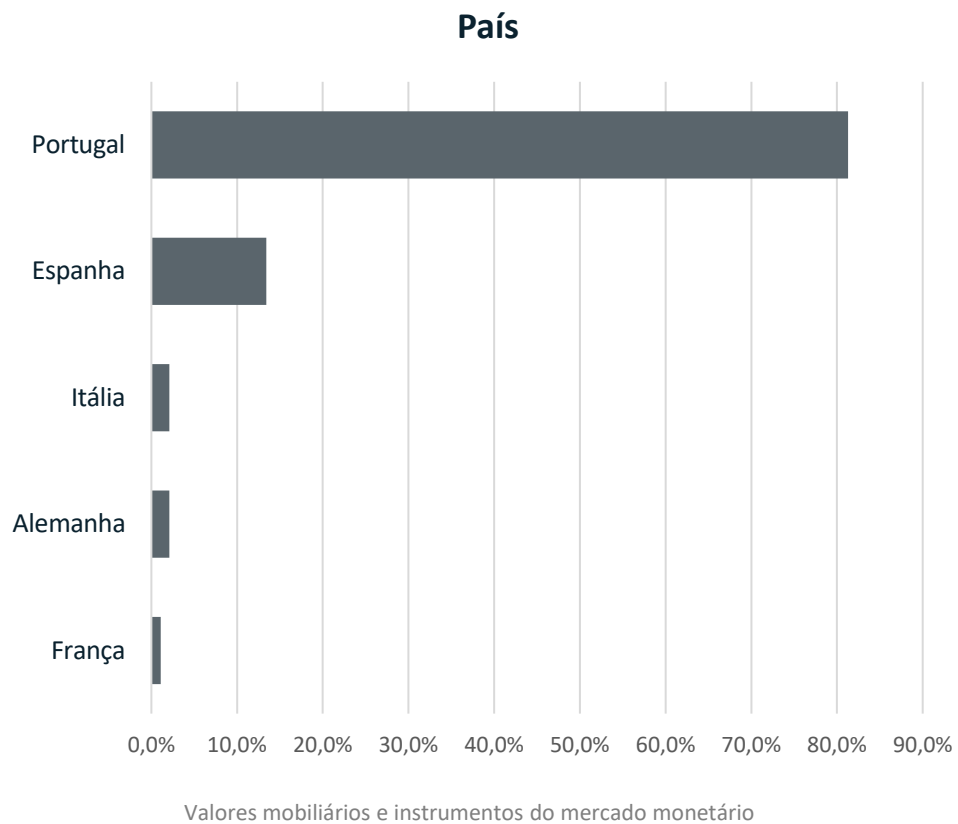


Setor



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA



TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	207 087 210	32 784 803	3 685 936	236 186 078	575	236 186 653	78%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	32 326 319	7 206 043	389 802	39 142 560	262 815	39 405 375	13%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	9 890 167	67 072	-	9 957 240	-	9 957 240	3%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO							
	18 288 873	967 605	-	19 256 478	-	19 256 478	6%
TOTAL	267 592 570	41 025 523	4 075 738	304 542 355	263 390	304 805 746	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	9 312 419
Outros investimentos	2 033
Mais-valias de investimento	87 441 900
Custos	
Custos de gestão	(3 089 004)
Custos de depósito	(106 517)
Outros encargos, taxas e impostos	(325 824)
Menos-valias de investimentos	(40 476 652)
Custos de negociação	(192 709)
Lucro líquido	52 565 645
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	35 022 271
Resgates	(4 822 081)



VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A		IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R		IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT P	
	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	148 274 321	18,9428	59 975 284	7,1470	-	-
31.12.2024	165 028 256	19,6066	76 606 429	7,3976	8 912 540	4,6774
30.06.2025	202 236 394	23,5608	108 524 167	8,8882	22 552 499	5,6203

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(valores em euro)

Descritivo	31.12.2024	Compras	Vendas	+/- Valias	30.06.2025
Operações Cambiais	-	-	-	-	-
Operações Sobre Taxas de Juro	-	-	-	-	-
Operações sobre Cotações	51 224 000	118 912 800	(114 072 000)	9 715 200	65 780 000



i m | g | a |

Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

		ATIVO				
		30-06-2025			31-12-2024	
Código	Designação	Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido
Outros Ativos						
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
Carteira de Títulos						
21	Obrigações	7 930 494	374 650		8 305 144	8 173 540
22	Ações	231 483 035	39 616 196	(4 075 738)	267 023 494	193 003 077
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	18 288 873	967 605		19 256 478	19 000 433
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida	9 890 167	67 072		9 957 240	9 987 378
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>267 592 570</u>	<u>41 025 523</u>	<u>(4 075 738)</u>	<u>304 542 355</u>	<u>230 164 428</u>
Outros Ativos						
31	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
Terceiros						
411+...+418	Contas de Devedores	10 433 392			10 433 392	8 087 531
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>10 433 392</u>			<u>10 433 392</u>	<u>8 087 531</u>
Disponibilidades						
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	24 001 605			24 001 605	12 770 625
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>24 001 605</u>			<u>24 001 605</u>	<u>12 770 625</u>
Acréscimos e diferimentos						
51	Acréscimos de Proveitos	263 390			263 390	108 719
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos	429 965			429 965	0
59	Contas transitórias ativas					
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>693 355</u>			<u>693 355</u>	<u>108 719</u>
	TOTAL DO ATIVO	<u>302 720 922</u>	<u>41 025 523</u>	<u>(4 075 738)</u>	<u>339 670 707</u>	<u>251 131 303</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A				8 583 627	8 416 984
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe P				4 012 729	1 905 469
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R				12 209 921	10 355 702

		PASSIVO	
		Períodos	
Código	Designação	30-06-2025	31-12-2024
Capital do OIC			
61	Unidades de Participação	123 844 543	103 205 603
62	Variações Patrimoniais	(36 443 947)	(46 005 197)
64	Resultados Transitados	193 346 819	186 070 845
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	52 565 645	7 275 974
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>333 313 060</u>	<u>250 547 225</u>
Provisões Acumuladas			
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
Terceiros			
421	Resgates a Pagar a Participantes	35 603	51 249
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	641 720	498 434
424+...+429	Outras contas de Credores	5 678 190	32 242
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>6 355 513</u>	<u>581 926</u>
Acréscimos e diferimentos			
55	Acréscimos de Custos	2 134	2 153
56	Receitas com Proveito Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>2 134</u>	<u>2 153</u>
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>339 670 707</u>	<u>251 131 303</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	23.5608	19.6066
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe P	5.6203	4.6774
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	8.8882	7.3976

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		30-06-2025	31-12-2024
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros	65 780 000	51 224 000
	<i>Total</i>	65 780 000	51 224 000
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	65 780 000	51 224 000
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		30-06-2025	31-12-2024
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	65 780 000	51 224 000



i m | g | a |

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		30-06-2025	30-06-2024			30-06-2025	30-06-2024
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	297 377	123 074
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	118 490	370 207
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	192 709	210 110		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	3 217 503	2 501 931	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	8 896 552	7 021 447
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5 635 852	15 351 804	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	43 783 500	21 100 297
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	34 840 800	23 757 924	839	Em Operações Extrapatrimoniais	43 658 400	24 720 906
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos				Provisões para Encargos		
7411+7421	Patrimoniais	93 641		851	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1	0
7412+7422	Impostos Indirectos	208 067	163 386	87			
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>96 754 319</u>	<u>53 335 932</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	2 135	2 153				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>44 190 706</u>	<u>41 987 308</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		9 106
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	2 032	2 190
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>2 032</u>	<u>11 296</u>
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	<u>52 565 645</u>	<u>11 359 920</u>	66	Resultado Líquido do Período (se<0)		
	<i>TOTAL</i>	<u>96 756 351</u>	<u>53 347 228</u>		<i>TOTAL</i>	<u>96 756 351</u>	<u>53 347 228</u>
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	47 148 867	12 682 904	F - E	Resultados Eventuais	2 032	11 296
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	8 817 600	962 982	B+D+F-A-C-E+74X1	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	52 659 286	11 359 920
B-A	Resultados Correntes	52 563 613	11 348 624	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	52 565 645	11 359 920



i m | g | a |

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-25		30-jun-24	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		35 022 271		18 471 202
Subscrição de unidades de participação	35 022 271		18 471 202	
PAGAMENTOS:		4 837 727		4 961 580
Resgates de unidades de participação	4 837 727		4 961 580	
Rendimentos pagos aos participantes				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		30 184 544		13 509 622
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		56 186 327		66 018 983
Venda de títulos e outros ativos	27 788 736		58 841 767	
Reembolso de títulos e outros ativos	20 000 000			
Rendimento de títulos e outros ativos	8 303 979		7 177 216	
Juros e proveitos similares recebidos	93 612			
PAGAMENTOS:		79 687 811		84 739 180
Compra de títulos e outros ativos	79 494 326		79 319 612	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	0		5 208 900	
Comissões de bolsa suportadas	27 945		0	
Comissões de corretagem	164 060		209 489	
Outras taxas e comissões	16		56	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	1 463		1 123	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(23 501 484)		(18 720 197)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		56 038 669		37 106 174
Operações sobre cotações	43 658 400		24 716 674	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	12 380 269		12 389 500	
PAGAMENTOS:		48 330 880		37 469 077
Operações sobre cotações	34 840 800		23 757 924	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	13 487 927		13 709 000	
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	2 153		2 153	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		7 707 789		(362 903)
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		118 491		560 207
Juros de depósitos bancários	118 490		560 207	
Outros recebimentos correntes	1		0	
PAGAMENTOS:		3 280 392		2 634 984
Juros devedores de depósitos bancários	1		1	
Comissão de gestão	3 074 918		2 465 338	
Comissão de depósito	106 026		84 853	
Taxa de supervisão	23 962		18 905	
Impostos e taxas	75 485		65 888	
Outros pagamentos correntes	1		0	
Fluxo das operações de gestão corrente		(3 161 901)		(2 074 777)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		2 032		11 296
Ganhos extraordinários	2 032		11 296	
Fluxo das operações eventuais		2 032		11 296
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		11 230 980		(7 636 959)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		12 770 625		26 547 832
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		24 001 605		18 910 874



i m | g | a |

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Ações Portugal, Fundo de Investimento Aberto de Ações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 20 de julho de 1995, tendo iniciado a sua atividade nessa data. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional. Para o efeito, investe maioritariamente os seus capitais, direta ou indiretamente, em ações de empresas nacionais cotadas nos mercados regulamentados dos países da União Europeia e de alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores. As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural. Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal.

Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação da Categoria A foi de mil escudos (quatro euros e noventa e nove cêntimos). Para efeitos de constituição das Categorias I, P e R o valor inicial é de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a

ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2025, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2024	Subscrições			Resgates			Outros	Resultados do Exercício	30-06-2025
		Categoria A	Categoria P	Categoria R	Categoria A	Categoria P	Categoria R			
Valor base	103 205 603	1 844 738	10 536 299	9 616 486	(1 013 191)	(0)	(345 391)			123 844 543
Diferença p/Valor Base	(46 005 197)	6 141 742	519 701	6 363 305	(3 253 013)	0	(210 486)			(36 443 947)
Resultados acumulados	186 070 845						7 275 974			193 346 819
Resultados do período	7 275 974						(7 275 974)	52 565 645		52 565 645
SOMA	250 547 225	7 986 480	11 056 000	15 979 791	(4 266 204)	-	(555 877)	-	52 565 645	333 313 060
Nº de Unidades participação										
Categoria A	8 416 984	369 687			(203 044)					8 583 627
Categoria P	1 905 469		2 107 260			(0)				4 012 729
Categoria R	10 355 702			1 923 297			(69 078)			12 209 921
Valor Unidade participação										
Categoria A	19.6066									23.5608
Categoria P	4.6774									5.6203
Categoria R	7.3976									8.8882

Em 30 de junho de 2025 existiam 1 517 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Categoria P			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2025	30-06-25	23.5608	202 236 394	8 583 627	8.8882	108 524 167	12 209 921	5.6203	22 552 499	4 012 729	333 313 060	24 806 277
	31-03-25	21.4762	181 356 759	8 444 562	8.1029	88 566 609	10 930 255	5.1230	14 099 265	2 752 161	284 022 633	22 126 978
Ano 2024	31-12-24	19.6066	165 028 256	8 416 984	7.3976	76 606 429	10 355 702	4.6774	8 912 540	1 905 469	250 547 225	20 678 155
	30-09-24	20.3389	164 396 432	8 082 889	7.6737	77 379 279	10 083 750	4.8519	5 715 608	1 178 027	247 491 320	19 344 666
	30-06-24	19.9274	157 495 955	7 903 497	7.5185	74 492 240	9 907 964	4.7538	1 243 361	261 555	233 231 556	18 073 016
	31-03-24	18.8835	147 435 595	7 807 676	7.1246	70 039 937	9 830 754	-	-	-	217 475 531	17 638 430
Ano 2023	31-12-23	18.9428	148 274 321	7 827 493	7.1470	59 975 284	8 391 771	-	-	-	208 249 605	16 219 264
	30-09-23	17.8131	138 684 349	7 785 542	6.7207	52 528 347	7 816 017	-	-	-	191 212 697	15 601 559
	30-06-23	17.4368	128 662 753	7 378 806	6.5784	46 041 546	6 998 960	-	-	-	174 704 299	14 377 766
	31-03-23	17.2480	122 875 157	7 124 031	6.5073	38 644 379	5 938 628	-	-	-	161 519 536	13 062 659

Em 30 de junho de 2025, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes		
	Categoria A	Categoria P	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	-	-
10% ≤ UPs < 25%	-	-	5
5% ≤ UPs < 10%	-	-	15
2% ≤ UPs < 5%	-	30	5
0.5% ≤ UPs < 2%	1	19	95
UPs < 0.5%	3 368	6	102
TOTAL	3 369	55	222



3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Obrigações diversas						
Caixa Eco Montepio Geral Var 25/06/29	1 201 344	1 440	-	1 202 784	575	1 203 359
	1 201 344	1 440	-	1 202 784	575	1 203 359
-Ações						
Altri SGPS S.A.	11 733 596	-	(118 646)	11 614 950	-	11 614 950
B.Comercial Português-Nom.	19 254 114	14 106 186	-	33 360 300	-	33 360 300
Corticeira Amorim-SGPS	3 848 018	-	(689 395)	3 158 623	-	3 158 623
CTT - Correios de Portugal SA	9 411 876	6 820 624	-	16 232 500	-	16 232 500
EDP Renovaveis SA	23 448 348	-	(2 082 223)	21 366 125	-	21 366 125
EDP-Energias de Portugal SA	11 170 697	59 403	-	11 230 100	-	11 230 100
GALP Energia SGPS SA-B Shrs	32 857 615	72 935	-	32 930 550	-	32 930 550
Ibersol - SGPS, S.A.	651 450	677 498	-	1 328 948	-	1 328 948
Jerónimo Martins,SGPS,S.A.	30 148 983	2 822 817	-	32 971 800	-	32 971 800
Mota Engil - SGPS SA	13 035 048	1 933 152	-	14 968 200	-	14 968 200
Navigator CO Sa/The	11 330 225	-	(795 672)	10 534 554	-	10 534 554
NOS, SGPS, SA	15 119 562	1 211 838	-	16 331 400	-	16 331 400
NovaBase - SGPS, SA	154 711	83 789	-	238 500	-	238 500
REN - Redes Energéticas Nacionais SA	9 317 814	1 511 686	-	10 829 500	-	10 829 500
Semapa - S. Inv.Gestão-SGPS,S.A. (nom)	1 334 407	314 167	-	1 648 574	-	1 648 574
Sonae - SGPS	13 069 402	3 169 269	-	16 238 670	-	16 238 670
	205 885 866	32 783 363	(3 685 936)	234 983 294	-	234 983 294
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
CRL Credito Agricola Mut Var 04/07/27	1 004 500	50 780	-	1 055 280	82 832	1 138 112
Fidelidade Companhia SE Var 04/09/31	1 323 600	185 700	-	1 509 300	52 223	1 561 523
Fidelidade Seguros PT Var 29/11/172	2 053 150	111 110	-	2 164 260	13 589	2 177 849
Novo Banco SA Var 01/12/33	2 347 900	25 620	-	2 373 520	114 171	2 487 691
	6 729 150	373 210	-	7 102 360	262 815	7 365 175
-Ações						
Banco Santander SA	1 759 089	1 051 711	-	2 810 800	-	2 810 800
CaixaBank, SA	2 068 344	873 256	-	2 941 600	-	2 941 600
Commerzbank AG.	1 612 678	1 333 122	-	2 945 800	-	2 945 800
Endesa SA	2 339 966	617 934	-	2 957 900	-	2 957 900
Enel Spa.	2 645 332	375 668	-	3 021 000	-	3 021 000
Engie	2 457 114	631 261	-	3 088 375	-	3 088 375
Iberdrola SA.	2 362 106	488 644	-	2 850 750	-	2 850 750
Inditex SA	2 819 702	-	(389 802)	2 429 900	-	2 429 900
Redeia Corp SA	2 849 324	145 426	-	2 994 750	-	2 994 750
RWE AG.	2 773 623	237 927	-	3 011 550	-	3 011 550
Unicredit SPA.	1 909 891	1 077 884	-	2 987 775	-	2 987 775
	25 597 169	6 832 833	(389 802)	32 040 200	-	32 040 200
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
Bilhetes do Tesouro 0% 19/09/25	9 890 167	67 072	-	9 957 240	-	9 957 240
	9 890 167	67 072	-	9 957 240	-	9 957 240
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>						
IMGA Money Market - CAT I	18 288 873	967 605	-	19 256 478	-	19 256 478
	18 288 873	967 605	-	19 256 478	-	19 256 478
TOTAL	267 592 570	41 025 523	(4 075 738)	304 542 355	263 390	304 805 746



4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.



- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.



Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação n.º 12/2015, de 11 de março), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



10. RESPONSABILIDADES

A 30 de junho de 2025, o OIC tem acordado junto do Millenium BCP uma facilidade de limite máximo de descoberto intradiário na conta corrente no valor de €600.000, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se, assim, como uma responsabilidade potencial.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2025, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	9 957 240	-	-	-	-	9 957 240
de 1 a 3 anos	3 902 994	-	-	-	-	3 902 994
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	4 665 540	-	-	-	-	4 665 540

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 30 de junho de 2025, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	267 023 494	65 780 000	-	332 803 494



14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2025 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R		Categoria P	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	2 043 422	2.27%	1 008 540	2.27%	160 603	2.27%
Comissão de Depósito	70 463	0.08%	34 777	0.08%	5 538	0.08%
Taxa de Supervisão	13 373	0.02%	6 694	0.02%	1 139	0.02%
Custos de Auditoria	1 357	0.00%	670	0.00%	107	0.00%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	46 897	0.05%	23 146	0.05%	3 686	0.05%
Outros Custos Correntes	931	0.00%	459	0.00%	73	0.00%
TOTAL	2 176 442		1 074 287		171 145	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	2.42%		2.42%		2.42%	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



i m | g | a |

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Ações Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Ações (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 339 670 707 euros e um total de capital do OIC de 333 313 060 euros, incluindo um resultado líquido de 52 565 645 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Ações Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Ações, gerido pela IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

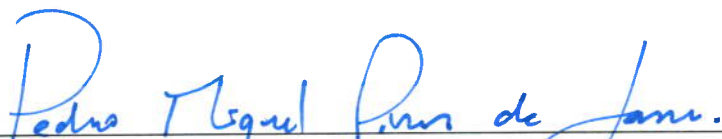


Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de agosto de 2025



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)